

Guia dos documentos a apresentar e anexar no pedido de apoio

Inserir no ato da candidatura

Adequar/selecionar os documentos necessários em função do tipo de beneficiário, tipologia de aviso e valores elegíveis

MEMÓRIA DESCRITIVA

Memória descritiva do projeto fundamentada e articulada com a tipologia a que se candidata, bem como os objetivos da EDL.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO – Encontra-se disponível para download.

ADMISSIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO

1. Estarem legalmente constituído:
 - a. Cartão de cidadão de todos os que obrigam a entidade beneficiária;
 - b. Declaração de Início de Atividade;
 - c. Certidão Permanente ou código da mesma;
 - d. Cópia dos estatutos registados;
 - e. Cópia da ata de eleição/constituição dos corpos sociais;
 - f. Cópia da ata de aprovação do pedido de apoio;
 - g. Pedido de admissibilidade RNPC;
 - h. Credencial emitida pelo INSCOOP – Instituto António Sérgio - Sector cooperativo;
 - i. Certificado de IAPME;
 - j. Situação cadastral das finanças com as atividades CAE, enquadramento IVA ou certidão permanente da conservatória do registo comercial (quando haja lugar a suprimimentos essa possibilidade deverá encontra-se identificada neste documento);
2. Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO ou PDR e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
 - a. Certidão Permanente;
 - b. Estatutos;
 - c. CAE;
3. Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
 - a. Comprovativo dos 15% do beneficiário (extrato bancário);
 - b. Declaração do banco;
 - c. Dados da Conta bancária associado ao pedido de apoio;
4. Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
 - a. Situação económico-financeira equilibrada, quando aplicável: Cópias dos Relatórios, Balanços, Balanço Social e Demonstrações de Resultados do beneficiário, dos 3 últimos exercícios identificados no formulário e dos respetivos modelos fiscais IRC/IRS, IES e anexos;
 - b. Não aplicável Estudo Economico Financeiro < 50 000€ não aplicável.
 - c. Aplicável Estudo Economico Financeiro >= 50 000€ para privados
 - d. Economico Financeiro substituído pela análise da Sustentabilidade da operação para entidades sem fins lucrativos quando >= 50 000€

ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

1. Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza da operação
 - a. Certidão permanente, estatutos e situação cadastral das finanças com as atividades CAE, enquadramento IVA
 - b. Declaração de situação contributiva (ou autorização de consulta à Autoridade de Gestão)
 - c. Declaração de situação tributária (ou autorização de consulta à Autoridade de Gestão);
2. Demonstrem ter habilitação legal e capacidade profissional adequadas ao desenvolvimento da operação, nos casos aplicáveis;
 - a. Currículo Vitae, certificado de habilitações/formações e comprovativos de experiência profissional
 - b. Licenças
3. Comproven a propriedade do terreno e/ou das instalações ou o direito ao seu uso
 - a. Certidão predial, contrato de arrendamento, contrato de comodato, contrato de arrendamento, autorizações

ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES

1. Incidam na área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL-Pesca;
 - a. Certidão permanente, estatutos, declaração de início de atividade, CAE
2. Apresentem coerência técnica, económica e financeira;
 - a. Cópias dos Relatórios, Balanços, Balanço Social e Demonstrações de Resultados do beneficiário, dos 3 últimos exercícios identificados no formulário e dos respetivos modelos fiscais IRC/IRS, IES e anexos.
 - b. Balanço e Demonstrações de Resultados intercalares do beneficiário, devidamente certificados por ROC
 - c. Inscrição no PPI, Plano de atividades e orçamento contemplando o projeto, Declaração do banco a atestar disponibilidade, IPSS Declaração Sócios Suprimentos, Protocolos entre Juntas e Câmaras Municipais, Certificado IAPMEI.
3. Demonstrem, quando aplicável, estar asseguradas as fontes de financiamento de capital alheio;
 - a. Declaração de Instituições de crédito indicando a sua posição de princípio e as condições de crédito, assim como o mapa de serviço de dívida
4. Cumpram as disposições legais aplicáveis aos investimentos ou ações propostas, designadamente em matéria de licenciamentos e autorizações.
 - a. Autorizações, pareceres prévios de entidades com competência na matéria
 - b. licenciamento de obras - entidades públicas isentas
 - c. Licença de Exploração/industrial, Licença comercial/utilização.
 - d. Comprovativo de posse de terreno ou imóvel (certidão da conservatória de registo predial, contrato de promessa de compra e venda, contrato de arrendamento ou outro.
 - e. Projetos de arquitetura completo com indicação de entrada na Camara Municipal para efeitos de licenciamento e projetos de especialidade.
 - f. Alvará de construção/licenciamento de obras ou declaração da CM de isenção de licenciamento, memória descritiva, plantas de localização, planta do estabelecimento, planta de cobertura, alçados e cortes, mapa de vãos.
 - g. Quando prevê a criação de postos de trabalhos deve entregar declaração de renumerações da SS relativo ao mês anterior à data em vigor do pedido de apoio.

5. Razoabilidade dos custos – Os diferentes orçamentos comerciais **devem ter os mesmos requisitos por rubrica e quantidades**
- a. 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma para cada um dos investimentos, dos quais devem constar sem rasuras
 - b. Identificação detalhada das componentes do investimento, indicando as quantidades, valores unitários, modelo e especificações técnicas;
 - c. Assinatura, carimbo da entidade emissora, e com a indicação clara do imposto aplicável, bem como CAE adequado ao fornecimento dos bens e serviços incluídos no orçamento.
 - d. Devem ser apresentados catálogos com características técnicas dos equipamentos nos orçamentos e propostas de fornecimento apresentados, identificando claramente a que item correspondem;
 - e. Em caso de escolha de orçamento mais elevado deverá ser apresentado, relatório fundamentado da escolha